

MEMÓRIAS DE ABANDONO, TORTURA E DITADURA MILITAR

Janaína Buchweitz e Silva

Resumo: A militante da Ação Popular Derlei Catarina de Luca testemunhou suas experiências com o movimento de resistência ao regime ditatorial brasileiro em *No corpo e na alma*, obra que evidencia tempos de abandono, solidão, dores e silêncios, e que contribui com a democratização da escrita da história da ditadura militar brasileira, ao ressaltar o protagonismo das mulheres na participação ativa de combate ao período repressivo. Seu testemunho rememora momentos de tortura e trauma, e contribui com a construção da memória social e coletiva sobre a ditadura, atuando como gesto de resistência ao apagamento que circunda o período.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira. Militância feminina. Tortura. Autoria feminina.

Abstract: Popular Action activist Derlei Catarina de Luca witnessed her experiences with the resistance movement against the Brazilian dictatorial regime in *No corpo e na alma*, a work that highlights times of abandonment, loneliness, pain and silence, and which contributes to the democratization of the writing of history of the Brazilian military dictatorship, by emphasizing the role of women in the active participation in combating the repressive period. Her testimony recalls moments of torture and trauma, and contributes to the construction of social and collective memory about the dictatorship, acting as a gesture of resistance to the erasure that surrounds the period.

Keywords: Brazilian military dictatorship. Female militancy. Torture. Female authorship.

Derlei Catarina de Luca foi uma combatente ao regime ditatorial brasileiro que militou na Ação Popular (AP)¹, e que posteriormente publicou suas

¹ Nasceu em 1962, composta de cristãos progressistas ligados à Ação Católica, em particular à JUC – Juventude Universitária Católica. Nesse primeiro momento, definiu-se como “movimento político” (e não “partido”), inspirando-se em ideias humanistas. (...) Em seu “Documento-Base”, de 1963, propõe-se lutar por uma sociedade justa, condenando tanto o capitalismo quanto os países socialistas existentes. Seu peso maior estava na área estudantil, onde a organização controlou as sucessivas diretorias da União Nacional dos Estudantes (UNE), preocupando-se também em penetrar nos meios operários e rurais, o que consegue, principalmente no Nordeste, através do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil). (...) A AP vai se modificando até se caracterizar como uma organização maoísta típica, assu-

memórias no testemunho *No corpo e na alma*, publicado somente em 2002, cerca de 30 anos após a ocorrência dos acontecimentos. O testemunho de Derlei, partindo de Agamben (2008), opera como *superstes*, posto que a autora testemunha aquilo que vivenciou: “Ainda tenho marcas da Operação Bandeirante. No corpo e na alma. Minhas pernas trazem a recordação do horror nas suas cicatrizes. A alma, o espanto por ter sobrevivido” (DE LUCA, 2002, p. 112). As mulheres que militaram contra o regime ditatorial brasileiro tardaram a narrar suas experiências, quando comparadas aos militantes homens. Além de revelarem as sequelas que as experiências vividas emanam ainda no tempo presente, posto que muitas destas experiências só foram simbolizadas através da palavra décadas depois, o tempo transcorrido entre a experiência propriamente dita e a narração dessa experiência enfatiza tanto a dificuldade que as protagonistas dessa história tiveram em simbolizar o experienciado pela via da palavra, quanto a relevância das experiências, dado que o vivido se deu muitas das vezes na ordem do trauma, do inesquecível, do peculiar, nesse sentido são memórias que permanecem ao longo de suas vidas, constituindo experiências impossíveis de serem apagadas.

No campo da literatura brasileira contemporânea, outras mulheres militantes narraram suas experiências além de Derlei, contribuindo com o dever de memória: Maria Lúcia Resende Garcia, em 2003 com *Geração 60, geração esperança*, Loreta Valadares, em 2005 com *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*, Catarina Meloni, em 2009 com *1968: o tempo das escolhas*, Sylvia de Montarroyos em 2013 com *Réquiem por Tatiana*, Lúcia Velloso Maurício, em 2015 com *Cacos de sonhos: cartas de uma ex-prisioneira na Vila Militar (1971-1974)*, Maria do Socorro Diógenes, em 2021 com *Amor, luta e luto no tempo da ditadura*, e Ana Maria Ramos Estevão, no mesmo ano com *Torre das guerreiras e outras memórias*. Aqui, não considero os textos apresentados como ficcionais, mas que sabemos que são baseados nas experiências de militância das autoras, como ocorre por exemplo em *Volto semana que vem*, lançado em 2015 por Ma-

mindando uma linha política bastante semelhante à do PCdoB. Na prática, entretanto, a AP não chegou a envolver-se em ações de guerrilha. O espírito da Revolução Cultural provocou, na AP, uma “campanha de proletarização” dos militantes, que consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social, marcadamente de classe média. (BRASIL: NUNCA MAIS, 2018, p. 98-99).

ria Pilla, e também em *Outros cantos* de Maria Valéria Rezende e *Exílio* de Ester Cristelli, ambos de 2016. São textos literários produzidos por cidadãos que participaram da construção da democracia e que merecem, ainda que tardiamente, o reconhecimento da sociedade por suas atuações corajosas e combativas. São mulheres que permaneceram no anonimato e na invisibilidade que por séculos foi e ainda nos é imposta, e que buscam romper a barreira do silenciamento na contemporaneidade pela via da palavra, posto que já romperam barreiras em um dos momentos mais violentos e repressivos da história do país, pela via da ação.

Em artigo publicado em 1990, e intitulado *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*, o sociólogo Marcelo Siqueira Ridenti aponta a participação política das mulheres brasileiras nos anos 60 e início dos 70, a favor ou contra a ditadura militar, analisando dados estatísticos sobre a participação feminina nas organizações clandestinas de esquerda em geral, e nos grupos guerrilheiros em particular. No entendimento do pesquisador, a militância feminina nas organizações de combate armado à ditadura, mesmo que não se revestisse de caráter especificamente feminista, operou como momento de avanço na liberação da mulher. Em 1996, Elizabeth Xavier Ferreira lança o livro *Mulheres, militância e memória*, em que retrata a luta armada no Brasil partindo do ponto de vista das mulheres que dela participaram na década de 60. Já em 1998, o jornalista Luiz Maklouf Carvalho publica o livro *Mulheres que foram à luta armada*, em que entrevista mulheres militantes da esquerda revolucionária que lutaram contra o regime militar entre 1964 e 1985. Com relação às obras de caráter mais voltado ao campo memorialístico, compartilho do entendimento de Figueiredo (2017), que defende a relevância literária dos textos carregados de teor testemunhal:

A literatura não é sinônimo de ficção no sentido estrito de imaginação e fantasia, ainda que toda narrativa, mesmo a historiográfica, contenha algum índice de ficcionalidade, já que a subjetividade atravessa a organização textual. Recusar como não-literário aquilo que não é ficção no sentido estrito (romance) seria recusar valor literário a *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, *As confissões*, de Rousseau, *Memórias de além túmulo*, de Chateaubriand, toda a obra de Pedro Nava e j'en passe (FIGUEIREDO, 2017, p. 117-118, grifos da autora).

Durante o período em que vigorou a ditadura militar brasileira e nos anos subsequentes, a literatura produzida sobre o regime de exceção ficou bastante concentrada na produção literária de autores homens. Questões como a existência de um cânone literário fortemente masculino, ou o reflexo, na literatura, de uma sociedade em que as relações entre homens e mulheres apontam para uma hierarquização e uma consequente subordinação das mulheres perante os homens, destinando o espaço público ao homem e o privado à mulher, são alguns fatores que ajudam a explicar uma produção literária incipiente, quando pensamos a ditadura enquanto um período histórico que se construiu muito mais pela palavra dos homens do que das mulheres, que tardaram a conquistar o espaço de sujeito histórico, permanecendo por muito tempo na invisibilidade. Entretanto, e quase como sempre, nos bastidores, as mulheres que viveram o período foram igualmente afetadas pela repressão, tendo herdado as sequelas do regime sob as mais variadas formas, compondo uma diversidade de experiências que são retratadas nos textos literários por elas produzidos.

No corpo e na alma é organizado em 18 capítulos, que vão desde reflexões sobre a luta e o trabalho interno da AP, o trabalho com a militância operária, a vida na clandestinidade e os exílios, as prisões, perseguições e sessões de tortura, bem como os dramas pessoais da autora, dentre eles o abandono do filho nascido durante a ditadura militar. Derlei informa que para a produção de seu livro utilizou-se de registros de arquivos do DOPS e processos (alguns deles reproduzidos ao longo do texto), documentos internos da AP, cadernos pessoais e cartas. A narradora descreve seu ingresso na clandestinidade, que se iniciou com o AI-5:

Tínhamos orientações mais ou menos precisas da direção regional da Ação Popular desde o dia 7 de dezembro. Eu deveria passar imediatamente à clandestinidade se ocorresse o esperado endurecimento da ditadura. Caso contrário, ficaria na Universidade até março de 69, sendo então substituída por outros companheiros no Movimento Estudantil. Começava a política dos deslocamentos (DE LUCA, 2002, p. 30).

O passar dos anos propiciou à Derlei o exercício da autocrítica, já que no decorrer de seu testemunho irá apontar os erros e acertos empreendidos por ela e seus muitos companheiros de militância. Apesar da dificuldade que sentiu em prestar seu testemunho, a autora manifesta consciência da relevância em narrar o que foi vivenciado por ela e por muitos outros companheiros e companheiras, com o intuito de compartilhar as experiências vividas partindo da perspectiva da militância que buscou combater o regime ditatorial no Brasil.

Derlei aborda também os novos relacionamentos que foram sendo estabelecidos de acordo com as atividades que recebia da AP, destacando a constante necessidade de adaptação a que era submetida, em virtude de sua condição de clandestina. Funções como distribuição de material impresso e o encaminhamento de novos operários para as reuniões da AP eram feitas sempre às escondidas, e a autora reproduz em seu texto a sensação de insegurança e instabilidade que a acompanhava em todas as suas funções e relações:

No fim do mês, sem explicações, peço demissão da fábrica.
Despeço-me dos poucos companheiros. Os velhos conhecidos não estão aqui. Pelos novos não sinto o mesmo carinho, foram poucos encontros com eles. Outra coisa vou aprendendo, embora não me acostume: conviver, gostar das pessoas, ter de deixá-las. A vida se torna uma constante despedida, sem possibilidades nem prazo para o reencontro.
Pego meus documentos verdadeiros outra vez e Deise Campos, nascida no Mato Grosso, deixa de existir. (DE LUCA, 2002, p. 57).

Ao longo da narração, Derlei manifesta a consciência que tem sobre a importância de seu testemunho, bem como a necessidade que sente em expressá-lo e dividi-lo com os demais, percebendo-se como uma sobrevivente que tem a necessidade e a obrigatoriedade em narrar o que experienciou: “Voltei para a pensão. Não posso desesperar agora. Vou sobreviver. Ódio também é uma razão de viver quando não existe mais nada. Vou sobreviver. Vou criar o meu filho, vou contar essa história” (DE LUCA, 2002, p. 293).

A clandestinidade vivenciada pela autora foi uma realidade para muitos outros perseguidos políticos no Brasil durante o período da forte e violenta repressão militar imposta pelo Estado ao longo dos anos ditatoriais.

Não somente os militantes políticos, mas também seus familiares e amigos eram perseguidos em busca de informações sobre o paradeiro daqueles que eram alvo do Estado. Questões relativas ao universo feminino, como gravidez, aborto e maternidade, também foram levantadas em *No corpo e na alma*:

A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso a aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho. Brigo com o pai da criança.

-É uma loucura ter filho nestas condições.

-Pode deixar. Eu crio sozinha.

Não deu outra coisa! (DE LUCA, 2002, p. 191).

Com relação ao trabalho interno da organização, a narradora detalha uma série de tarefas que executou enquanto membro da AP, tais como cobrir pontos de chegada de companheiros, enviar cartas às autoridades e jornalistas, receber materiais, organizar finanças, dentre outros; destacando as qualidades necessárias ao militante clandestino, bem como as inúmeras dificuldades encontradas para a execução das atividades, além da doação da vida pessoal em detrimento de uma causa coletiva:

Necessitávamos de objetividade, para transmitir as informações, clareza, boa memória, compreensão para os inúmeros problemas pessoais de cada companheiro arrancado do seu meio ambiente, fazendo um esforço imenso para integrar-se a outra classe e vida por um ideal, num total desprendimento de seus interesses e comodidades pessoais. (...) Vida pessoal era algo distante. Sentia-me uma máquina. Um computador faria o trabalho com mais perfeição. Alguns esqueciam de ser gente, de serem humanos. Faziam reuniões, marcavam encontros para analisar um simples namoro. Qualquer relacionamento afetivo era analisado politicamente. A tristeza era considerada desvio ideológico. A linha maoísta ganhava força, arrebatando com a nossa individualidade confundida com individualismo (DE LUCA, 2002, p. 66-67).

Sendo obrigada a viver sob outra identidade, a autora arcou com as inúmeras consequências às quais a perda do nome próprio pode ocasionar. Conforme narra Derlei, juntamente à impossibilidade do uso do próprio

nome, os militantes passaram a refugiados dentro do próprio país, estando forçosamente isolados de seus familiares e amigos, tendo de abandonar seus estudos e empregos, passando a viver em uma clandestinidade compulsória, em nome de uma causa coletiva: “Éramos jovens, estávamos dispostos a dar a vida pelo nosso país. Acreditávamos no nosso potencial e na capacidade de mudar o rumo dos acontecimentos.” (DE LUCA, 2002, p. 23).

Com diversas sequelas e problemas de saúde, e não sendo reconhecida pelas pessoas quando saía nas ruas de Içara, sua cidade natal, Derlei foi encaminhada pela AP para a cidade de Salvador, tendo assim iniciado uma vida de clandestinidade e migrações por diferentes regiões do Brasil: da Bahia para o Paraná, depois para o Rio de Janeiro, para então retornar a Santa Catarina. Paralelo a atuação no movimento, em *No corpo e na alma* são narrados diversos dilemas pessoais da autora, como o casamento na clandestinidade, que sequer foi comunicado às famílias, e que ocorreu com documentos falsificados, e a posterior descoberta da gravidez em meio a intensificação da repressão. A seguir um fragmento em que a autora testemunha as condições do nascimento do único filho:

Zé Paulo nasce aos 11 de janeiro de 1972 e dois dias depois volta a ser hospitalizado por eritroblastose. Dedico-me a ser mãe desta criaturinha magra, de três quilos, com vastos cabelos negros, fazendo seu rostinho parecer miúdo. Está todo amarelinho e precisa fazer transfusão de sangue. O único lugar possível para injetar é na veia do pescoço. Ver o menino, com apenas 4 dias, naquele sofrimento, me desespera.

César chega ao hospital com a certidão de nascimento do bebê. No registro o nome do pai é verdadeiro mas a mãe é Maria Luisa Vitalli. Tentei reclamar:

– Mas, como? Maria Luisa? Vitalli?

– Tinha de registrar. É o único nome possível.

Vou dormir chorando. Não me conformo em não ser mãe do meu filho (DE LUCA, 2002, p. 219).

Conforme testemunha a autora, seu filho recém-nascido contava com menos de um mês de vida quando sua prisão preventiva foi decretada pelo Estado, juntamente com a de mais onze militantes da AP. Enquanto cui-

dava do bebê, Derlei acompanhava as notícias das prisões de seus companheiros: “Márcio entrega os pontos de Curitiba, Maringá e Londrina. Começa o inferno.” (DE LUCA, 2002, p. 219).

O abandono do filho talvez tenha sido a maior de todas as punições a que Derlei teve que se submeter. Já excluída da sociedade, sem direito ao nome próprio e à vida própria, perdeu também o direito de ser mãe, tornando-se mais uma banida da sociedade pelo Estado. Durante o regime ditatorial brasileiro, muitos militantes políticos foram banidos da sociedade, passando a viver na clandestinidade, como perseguidos e fugitivos, sendo controlados pelo Estado através de prisões, sequestros e sessões de tortura. Estabeleceu-se no país o que podemos entender, partindo de Agamben (2010), como um “campo virtual”, em que o direito foi suspenso e as pessoas passaram a ser perseguidas, presas, torturadas, sequestradas ou mortas:

Se isto é verdadeiro, se a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na conseqüente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção, deveremos admitir, então, que nos encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independentemente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica (AGAMBEN, 2010, p. 169).

Destarte, o testemunho presente em *No corpo e na alma* apresenta um relevante panorama do regime de exceção que se estabeleceu no Brasil, denunciando a série de mazelas a que os militantes foram atrozmente expostos. No caso da ditadura brasileira, também a clandestinidade forçada, em virtude da forte repressão, se enquadra na ideia de campo virtual proposta pelo autor. Derlei testemunha os poucos momentos em que se relacionou com o filho enquanto viveu na clandestinidade. Zé Paulo foi encaminhado para Santa Catarina, tendo ficado aos cuidados da avó materna até janeiro de 1973, quando militantes providenciaram às escondidas um reencontro entre mãe e filho:

O carro dá voltas e voltas, atravessa a ponte, sai da ilha, dirigindo-se ao litoral catarinense onde eu estava.

Quando o menino chega nem acredito. Esperava um bebê de 3 meses e chega um menino caminhando, correndo, falando, nervoso, chamando pela vó. Não me conhece nem se emociona com essa mãe que não conhece nem nunca viu. Não quer ficar no meu colo. Só quando canto com ele nos braços fica quietinho, escutando como se gostasse e pede:

– Tanta, tanta mais...

Ficamos juntos dois dias. Quando levam-no embora, a tristeza é enorme. Ele crescia independente de mim e não havia possibilidade de ficar com ele em curto prazo (DE LUCA, 2002, p. 255).

Segundo registros levantados pelo dossiê *Brasil nunca mais*, que foi construído a partir de documentos produzidos pelas próprias autoridades brasileiras, grande quantidade de presas e presos políticos foram torturados durante o período da ditadura, através de uma diversidade de modos e instrumentos, incluindo ou não o uso de insetos, animais ou produtos químicos. No testemunho *No corpo e na alma*, são narrados diversos momentos em que Derlei foi vítima de tortura:

Do ponto de vista de superação de mim mesma, foi uma noite importante, da qual me orgulho. De madrugada me dependuraram do pau de arara. O corpo está ensanguentado. O sangue da cabeça está secando. A carga elétrica recebida faz o corpo dar saltos. Um torturador aperta os pés em cima das minhas pernas. Outro põe o sapato no meu peito com muita força. Segundo eles disseram depois, para evitar que a eletricidade recebida com o corpo contraído me deixasse aleijada (DE LUCA, 2002, p. 85).

Considerando as situações-limite a que o ser humano pode ser submetido, ter o corpo torturado talvez seja uma das formas de violência mais degradantes já criadas pela humanidade. A tortura ultrapassa a dor física, desestabilizando o sujeito psíquica e emocionalmente. Por mais difícil que seja verbalizar o horror da tortura, calar sobre essa experiência ocasiona sequelas graves a quem a viveu e também a toda a sociedade, conforme já demonstraram diversos estudos. O esquecimento da tortura produz a naturalização da violência, um grave sintoma social no Brasil, conforme argumenta Maria Rita Kehl (2010). A autora salienta que no campo da psicanálise a ideia de sintoma social é controversa, já que a sociedade não pode ser analisada do mesmo modo que o sujeito, entretanto, o sintoma social se expressa a partir de

sujeitos que se manifestam, tanto singularmente quanto em grupo: “O sintoma social se manifesta por meio de práticas e discursos que se automatizam, independentes das estruturas psíquicas singulares de cada um de seus agentes.” (KEHL, 2010, p. 124). Por consequência, afirma que todo agrupamento social padece de efeitos da própria inconsciência:

São “inconscientes”, em uma sociedade, tanto as passagens de sua história relegadas ao esquecimento por efeito de proibições explícitas ou de jogos de conveniência não declarados quanto as demandas silenciadas de minorias cujos anseios não encontram meios de se expressar (KEHL, 2010, p. 124).

Outrossim, destaca que toda a realidade social produz a existência de um universo paralelo, que seria composto por um acervo de experiências não incluídas nas práticas falantes. As vítimas de tortura estariam nesse universo paralelo, no grupo daqueles que não tiveram suas experiências compartilhadas pela coletividade, dada a radicalidade da dor vivida:

Nesse “universo paralelo” das experiências não compartilhadas pela coletividade, experiências excluídas das práticas falantes e (consequentemente) da memória, vivem também, pelo menos parcialmente, os que tiveram seus corpos torturados nos subterrâneos da ordem simbólica ou sofreram a perda de amigos e parentes desaparecidos, vítimas de assassinatos nunca reconhecidos como tais por agentes de regimes autoritários. No Brasil, os opositores do regime militar que sobreviveram à tortura, embora circulem normalmente entre nós, vivem em um universo à parte não apenas em função da radicalidade da dor e da despersonalização que experimentaram, mas também porque as práticas infames dos torturadores nunca foram reconhecidas e reparadas publicamente. A sensação de *irrealidade* que acomete aqueles que passaram por formas extremas de sofrimento como no caso dos egressos de campos de concentração fica então como que *confirmada* pela indiferença dos que se recusam a testemunhar o trauma (KEHL, 2010, p. 126, grifos da autora).

Em diversas passagens do testemunho de Derlei é evidenciado seu orgulho por não delatar os militantes do movimento durante as sessões de tortura pelas quais passou. A autora narra detalhes da relação psicológica que se estabelece entre torturador e torturado:

Os primeiros dias da prisão são determinantes. Os presos que falam perdem o respeito dos próprios torturadores. E essa é a sua tortura maior dali pra frente.

Entre torturador e torturado se estabelece uma relação psicológica intensa. Se o torturado não fala, se torna moralmente mais forte. O torturador fica em desvantagem. Não mantém o seu olhar nos dias que se seguem. Desafiar um torturador é um perigo de morte. Principalmente se é um desequilibrado mental. Muitos o são. Embora não aparentem no momento.

O torturador está defendendo uma classe. O preso outra. Mas se o preso consegue estabelecer o contato com o ser humano que existe dentro da personalidade do torturador, só tem a ganhar (DE LUCA, 2002, p. 113).

Para Kehl, “o ato de tornar públicas as experiências e as lutas que a história esqueceu e/ou recalcou é fundamental na elaboração dos traumas sociais.” (KEHL, 2010, p. 128). Sobre a narração da experiência dos militantes que lutaram no combate à repressão imposta pela ditadura militar brasileira, aponta que:

Os opositores da ditadura militar, vitimados ou não pela prática corrente da tortura, não deixaram de elaborar publicamente sua experiência, suas derrotas, seu sofrimento. Não deixaram de simbolizar, na medida do possível, o trauma provocado pelo encontro com a atroz crueldade de que um homem é capaz quando a própria força governante (no caso, também ela fora da lei) o autoriza a isso (KEHL, 2010, p. 127).

Podemos interpretar o testemunho de Derlei, ao qual ela mesma denomina de catarse, como uma contribuição para a elaboração do trauma advindo do período ditatorial. Em um dos momentos em que Derlei rememora sua estadia no DOPS, além da descrição das sequelas físicas, a militante menciona a falta de consciência e também a perda da noção de tempo:

Às vezes me torno consciente. Quando aplicam injeção. Seguram meu braço. Volto ao estado de sonho meio consciente. As lembranças são opacas. Como se houvesse uma tela cinzenta ofuscando o vidro. Tenho feridas nas pernas, braços, cabeça, seios. Vermelhas de mercúrio. Não sei quantos dias passam.

Na primeira noite foi um esforço sobre-humano para manter a lucidez e não desmaiar. Só depois soube que, se houvesse desmaiado, não teriam torturado tanto, teriam dependurado no pau de arara. A gente só aprende na prática, depois de os fatos acontecerem (DE LUCA, 2002, p. 88-89).

No testemunho de Derlei, são localizadas passagens em que a autora parece não se reconhecer. Passadas as atrocidades vividas durante as sessões de tortura e a vida na clandestinidade, a sequela da separação entre corpo e sujeito de certa forma parece permanecer: “Hoje assinei meu nome verdadeiro, pela primeira vez, depois de 5 anos: Derlei Catarina de Luca. Até dezembro de 68 fui Derlei Catarina de Luca. Agora volto a ser outra vez. Foi tão engraçado. Parecia que não era eu e sim uma pessoa distante.” (DE LUCA, 2002, p. 291). Mesmo sabendo da relevância em prestar seu testemunho, em determinadas passagens a narradora confessa a dificuldade que sente em lembrar:

No início foi um desligamento forçado, aos poucos fui esquecendo, talvez uma maneira de autopreservação, algum mecanismo psicológico que não entendo completamente. Telefones, endereços, nomes de pessoas vão se apagando. No futuro terei sérias dificuldades por causa disso. Mas neste momento acho ótimo não lembrar de nada. Na verdade, são sequelas dos choques elétricos (DE LUCA, 2002, p. 102).

Refletindo sobre a figura do narrador a partir do ensaio *O narrador* de Benjamin, Gagnebin (2009) entende que a narração contemporânea parte das ruínas da narrativa, com o intuito de não deixar o passado cair no esquecimento. Dessa forma, entende o narrador enquanto um catador de sucata, alguém que recolhe os cacos e restos, para não deixar nada se perder. Sobre o que denomina de narrador sucateiro, discorre que:

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um Lumpensammler) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

No decorrer de seu testemunho, a autora se coloca como uma sobrevivente, uma militante comum que não participou de grandes feitos e ações.

Ao mesmo tempo, vê com incredulidade como foi possível conseguir sobreviver. Com isso, podemos interpretar a narração de Derlei aos moldes do que formula Gagnebin: a militante foi coletando os restos daquilo que viveu, e daquilo que dela sobrou e transformou em palavras, de uma maneira que somente ela poderia fazer, buscando registrar e denunciar as atrocidades por ela vividas. Ainda na esteira de Benjamin, Gagnebin tece considerações sobre o que ou quem estariam fora do discurso histórico, nomeando, juntamente com um sofrimento indizível oriundo das grandes guerras,

aquilo que não tem nome, aqueles que não têm nome, o anônimo, aquilo que não deixa nenhum rastro, aquilo que foi tão bem apagado que mesmo a memória de sua existência não subsiste aqueles que desapareceram tão por completo que ninguém lembra de seus nomes. Ou ainda: o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo principalmente quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

Assim, o testemunho de Derlei corrige o discurso oficial, que sempre proporcionou o apagamento dos rastros deixados pelo regime ditatorial. Note-se que o testemunho de Derlei é frequentemente entrecortado entre o tempo presente e o tempo passado, sendo marcado por uma escrita menos formal, mais espontânea e em alguns momentos próxima da oralidade. Com isso, fica difícil precisar se a informalidade adotada está relacionada a uma menor familiaridade da autora com o processo de escrita, se é consequência da dificuldade em elaborar o passado traumático de maneira mais coerente e coesa, ou se seria um conjunto de ambas as situações. Conforme ressalta nas páginas iniciais de seu testemunho, Derlei sentia a necessidade e a obrigação de compartilhar suas experiências, como forma de denúncia para que as gerações atuais e futuras soubessem o que de fato acontecera. No entanto, foram necessárias algumas décadas até que a militante efetivasse o desejo de publicar suas memórias. Sobre o anacronismo que caracteriza todo testemunho, Beatriz Sarlo (2007) discorre que:

O testemunho pode se permitir o anacronismo, já que é composto daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência etc. etc. (SARLO, 2007, p. 58-59).

Ao longo de *No corpo e na alma* ocorrem passagens em que o não-dito também é relevante, o que ocorre por exemplo em momentos em que a narrativa é desencadeada e não linear, ou ainda quando Derlei relata o abandono do filho Zé Paulo (a quem dedica *No corpo e na alma*), que praticamente desaparece no decorrer da narrativa. De certa forma, há uma repetição do abandono do filho, dessa vez pela via da narração, já que o foco narrativo da militante se concentra no período em que viveu na clandestinidade, teve a maternidade brutalmente interrompida e conseqüentemente não acompanhou parte da vida do filho. Assim, há passagens em que o não-dito, o não-testemunhado, o não-complementado se tornam relevantes dentro do conjunto de temas abordados no testemunho de Derlei. Nesse sentido, percebe-se uma lacuna no ato de testemunhar uma experiência traumática, seja porque quem vivenciou não sobreviveu para narrar, seja porque o sobrevivente jamais encontrará palavras e expressões que equivalham ao horror do experienciado. Por outro lado, passada a experiência do trauma, muitos sobreviventes sentem uma imensa necessidade em externar suas vivências, como ocorreu com Derlei. Kehl (2010) retoma o assunto, ao analisar pela via da psicanálise o que não é simbolizado pela linguagem:

Sabemos que nem tudo, do real, pode ser dito; o que a linguagem diz define, necessariamente, um resto que ela deixa de dizer. O recorte que a linguagem opera sobre o real, pela própria definição de *recorte*, deixa

um resto resto de gozo, resto de pulsão sempre por simbolizar. Nisto consiste o caráter irreduzível do que a psicanálise chama de pulsão de morte. Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade. Se o trauma, por sua própria definição do real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de esquecer os eventos traumáticos coletivos resultam em sintoma social. Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras (KEHL, 2010, p. 126, grifos da autora).

No caso de Derlei, uma presa política que vivenciou diversas vezes a experiência da tortura e a repressão sob suas mais diversas formas, seu testemunho consegue revelar ao leitor situações em que o horror originou nada mais que silêncio e a total incapacidade em comunicar, mesmo sob tortura e pressão:

O pau de arara é um dos mais antigos métodos de tortura. Consiste em amarrar, com corda, os punhos e os tornozelos juntos, do prisioneiro sentado no chão, forçando-o a dobrar os joelhos. Os braços envolvem as pernas. Depois colocam uma barra de ferro por baixo da curva das pernas e suspendem num cavalete. O corpo fica de cabeça para baixo e a circulação do sangue entra em colapso. A posição provoca dores em todo o corpo e uma completa desorientação. A aplicação do pau de arara é acompanhada de choques elétricos nos órgãos genitais, pés, mãos, língua. Apagam o cigarro no meu corpo deixando a pele queimada. Localizo meu amor ao povo e a Ação Popular em pessoas concretas. Lembro delas e nem escuto o que perguntam. Os golpes são muitos, a dor é intensa. Perco a capacidade de senti-la. Perguntam, perguntam, nada respondo. Se sair desta com vida quero olhar meus amigos nos olhos. (DE LUCA, 2002, p. 84).

Seu testemunho evidencia as diversas formas de tortura, tanto psicológica quanto física, a que foi submetida ao longo do período em que militou no combate à repressão.

A autora narra detalhes de diferentes práticas de tortura, tais como o pau de arara², a palmatória³ e a cadeira do dragão⁴, nomeando chefes das sessões de tortura e denunciando o comportamento dos militares que participavam dos interrogatórios, em relatos ora bastante detalhados, porém em outros momentos permeados por lapsos de memória, e em que inclusive a narradora assume não se reconhecer. Ainda na passagem do testemunho em que relata sua permanência nas dependências do DOPS, Derlei narra os detalhes do dia em que conheceu o instrumento de tortura chamado cadeira do dragão:

Conheço a cadeira do dragão. Amarram os meus pulsos nos braços da cadeira com tiras de couro. Travam as pernas com um sarrafo nos pés. Vão dando choques elétricos. A cada girada da maquininha o corpo estremece e salta. A cada salto a perna roça na quina da madeira. Rasga a pele. O sangue escorre pela perna, o osso se esfacela. A dor é intensa. São horas e horas de tortura. Levam-me carregada para a cela. Depois de uma sessão de choque, o corpo fica entregue, sem força. A corrente elétrica atinge todo o corpo. A língua, cortada pelos dentes quebrados, arde. Os cortes na cabeça doem. Tudo escurece.

A cadeira do dragão tem o formato de uma cadeira elétrica, revestida com folha de zinco. O choque elétrico queima as partes sensíveis do corpo e leva o torturado a ter convulsões. O eletrochoque na cabeça provoca grandes distúrbios de memória e, às vezes, amnésia definitiva. Dá uma estranha sensação. Tenho a impressão de que não está acontecendo comigo. É como se meu corpo e minha dor fossem de outra pessoa e ao mesmo tempo sou eu. Já não mantenho a mesma lucidez, nem consigo manter-me em pé (DE LUCA, 2002, p. 86-87).

² O pau de arara consiste numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado pendurado a cerca de 20 ou 30 cm do solo. Este método quase nunca é usado isoladamente, seus “complementos” normais são eletrochoques, a palmatória e o afogamento (BRASIL: NUNCA MAIS, 2018, p. 32).

³ A palmatória é uma borracha grossa, sustentada por um cabo de madeira (BRASIL: NUNCA MAIS, 2018, p. 39).

⁴ É uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que na parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto (BRASIL: NUNCA MAIS, 2018, p. 34-35).

O ato de tornar públicos os sofrimentos infligidos ao corpo pode pôr fim à impossibilidade em se esquecer o trauma, tornando-se fundamental na elaboração dos traumas sociais, conforme opina Kehl (2010). A autora explica ainda a dissociação que ocorre entre corpo físico e sujeito no momento da tortura:

Um corpo torturado é um corpo roubado a seu próprio controle; corpo dissociado de um sujeito, transformado em objeto nas mãos poderosas do outro seja o Estado ou o criminoso comum. A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro separa o corpo e o sujeito. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” isso que, no corpo, pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o sujeito teria a dizer. Resta ao sujeito preso ao corpo que sofre nas mãos do outro o silêncio, como última forma do domínio de si, até o limite da morte. E resta o grito involuntário, o urro de dor que o senso comum chama de “animalesco” (KEHL, 2010, p. 130-131, grifos da autora).

Com o intuito de também debater a relevância da narração da tortura, o pesquisador Jaime Ginzburg (2010) retoma dois traumas fundamentais vividos pela sociedade brasileira em sua formação, a exploração colonial e a escravidão, para argumentar que nossa sociedade contemporânea é herdeira dessas experiências dolorosas: “Nossa formação social é resultado de um processo intensamente truculento, cujas consequências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas.” (GINZBURG, 2010, p. 133). Também Philip Potter (2018), ex-secretário do Conselho Mundial de Igrejas, ao prefaciar o livro resultante do Dossiê *Brasil: nunca mais*, que denunciou as diversas práticas de tortura ocorridas ao longo da ditadura militar brasileira, ressalta as marcas de violência que acompanham o Estado brasileiro ao longo dos séculos:

A prática da tortura é uma indicação dos valores herdados que influenciam uma sociedade ou nação. O que aconteceu no Brasil precisa ser visto à luz da sua longa história desde 1500 quando os primeiros

colonizadores chegaram. O tratamento dos índios, a cruel instituição da escravidão que somente foi abolida em 1888, e a forma violenta como o Brasil foi explorado através dos séculos, tudo isso deixou suas marcas na mentalidade do povo e especialmente nas classes dominantes (POTTER, 2018, p. 18).

Ginzburg apresenta observações relevantes sobre a narração da tortura, partindo de estudos relatados no livro *Exílio e tortura*, em que os autores psicanalistas analisam os relatos de pacientes torturados, para constatarem uma conexão direta entre o problema individual colocado para o psicanalista e o problema social que atinge coletivamente a população, já que a problematização da memória do paciente é vista pelos autores na sua dimensão histórica. É ressaltada a estratégia dos autoritarismos latino-americanos do século XX, que costumam utilizar a ideologia de segurança nacional, apontando para a figura de um inimigo interno e/ou próximo, que precisa ser combatido, reforçando assim a ideia de que a guerra ocorre no interior do espaço social, ocasionando em uma sensação de paranoia que subverte as condições necessárias para o empreendimento da civilização:

Para que essa estratégia funcione, a degradação da memória social é um elemento decisivo. A tensão entre linguagem e silêncio, entre o que falar e o que calar, é uma das suas marcas. O cultivo do fascínio pelo horror e a contemplação sem estranheza da violência sobre o outro também interessam. Os psicanalistas, no livro *Exílio e tortura*, explicam que a grande dificuldade de obter informações de seus pacientes está na quebra da relação harmônica entre linguagem, memória e corpo, provocada pela tortura. A possibilidade de pensar de modo articulado passado e presente fracassa, como se o passado estivesse potencialmente atualizado em todo o presente e, ao mesmo tempo, escapasse da possibilidade de referência abstrata, que exige do sujeito um distanciamento reflexivo de sua própria experiência. Ele não domina as condições necessárias para reger esse distanciamento sem se perder. Para os autores, a tortura provoca uma ruptura da identidade que, em parte, é definitiva, irreversível (GINZBURG, 2010, p. 143).

O autor considera espantosa a diferença entre os relatos de tortura narrados pelo algoz e pela vítima, posto que costumeiramente o algoz irá

se utilizar de linguagem objetiva e de termos técnicos, caracterizados, dentre outros, pela utilização de palavras da norma culta e pelo domínio de um repertório lexical extenso: “A objetividade que isso indica está associada à absoluta ausência, nas descrições técnicas, de conotação emocional no sofrimento causado.” (GINZBURG, 2010, p. 146). Para o autor, a descrição da tortura em termos técnicos apaga as marcas do que ela teria de intolerável.

Já a vítima narra a tortura de maneira totalmente diferente, aponta Ginzburg: “Falar sobre o próprio nome se torna uma situação de tensão dentro do processo violento”, “Depois dos choques, o uso de linguagem é inteiramente esvaziado”, “Após o esvaziamento da linguagem, segue-se de imediato o esvaziamento de sentido da vida como um todo”, “A intensidade da violência não suscita palavras, mas silêncio, agonia calada”, “Perdidos o domínio da linguagem e o sentido da existência, perde-se a noção de medida de tempo”, analisa Ginzburg (2010, p. 147). O pesquisador ressalta ainda o uso recorrente do relato em segunda pessoa, que renuncia ao eu pela dificuldade em sustentar a própria imagem em situação tão dolorosa⁵. A seguir, no testemunho de Derlei, uma das passagens em que a narradora avalia a possibilidade de cometer suicídio, o que remete ao esvaziamento de sentido da vida apontado por Ginzburg:

Mandam colocar as mãos sobre a mesa, com as palmas para cima. Com uma madeira grossa, vão batendo. É a “palmatória”. As mãos, depois de vermelhas, ficam roxas, incham, arrebentam. Dias depois escorre um líquido amarelo, gosmento, com cheiro fétido. As pernas são as que mais sofrem na cadeira do dragão. Por causa da quina da madeira. As feridas se reabrem. A dor é insuportável.

Chamam um médico do Hospital Militar. Dá injeções. Sem maiores explicações, coloca na minha mão um monte de comprimidos.

– É melhor morrer do que ficar nessa tortura.

⁵ No testemunho *Estilhaços* (2005), narrado em primeira pessoa, a militante Loreta Valadares se utiliza da terceira pessoa quando trata dos momentos de tortura: “Ela passa a sua pior noite na cadeia. Uma angústia muito grande, a alma dolorida, a mente conturbada, quase a impedem de raciocinar. O choro, muitas vezes contido até então, vem aos borbotões. As imagens da noite anterior passam em sua cabeça, como quadros de cinema em câmera lenta.” (VALADARES, 2005, p. 105, ao narrar a própria estadia na prisão militar).

Durmo em seguida. Só depois tomo consciência concreta da possibilidade de suicídio. Há um armário na cela. Deixo-os ali. A gente nunca sabe se vai precisar. Mas não quero morrer. Os dias passam entre interrogatórios e torturas.

É véspera de Natal e me permitiram tomar banho. O primeiro desde que fui presa. Para chegar ao banheiro, fui me segurando nas paredes. Paraiaba, o carcereiro, me acompanha e traz absorvente. Abrem a cela ao lado. Várias mulheres presas. Não conheço ninguém (DE LUCA, 2002, p. 96).

Em outra passagem do testemunho, após ser obrigada a se despedir da mãe, do esposo e do filho, Derlei narra novamente o desejo de terminar com a própria vida, bem como o sentimento que a motivou a mudar de ideia:

Naquela noite eu estava elétrica, desperta, cheia de vivacidade, neurótica, me recusando a pensar no amanhã e no depois do amanhã para não sofrer por antecipação. Minha mãe voltou com Zé Paulo para Içara e César foi para o Paraná. Como o esquema de segurança da casa é rígido, ninguém ficou comigo nesta noite. Só eu e o silêncio barulhento do mar. De cabeça fria, penso na morte. Tenho vontade de desaparecer. Quero que tudo isso acabe de uma vez. Podia morrer, me afogar na praia e acabava logo tudo. Minha mãe gosta do Zé, ele nem se lembra de mim.

Quem me ajudou a evitar o suicídio foi a lembrança do capitão Maurício. – Se eu me suicidar, o capitão Maurício estará vencendo esta guerra.

Grito para a noite na praia da Pinheira. O ódio e o desafio também são razões para viver, quando as outras razões deixam de existir (DE LUCA, 2002, p. 258).

Para Ginzburg, tanto a banalização quanto o apagamento da memória coletiva reforçam as chances da naturalização da tortura, ignorando com isso a intensidade de seu impacto. Por entender que quem viveu a tortura perde referências precisas de constituição de sujeito, de organização de tempo e de convenções de linguagem, ressalta a relevância da literatura que aborda as situações de tortura: “A importância da literatura para a consciência social nesse sentido é enorme, por conseguir, por meio de recursos de construção, certa fidelidade ao impacto da violência funda que resulta aos que viveram, direta ou indiretamente, o impacto da experiência da tortura.” (GINZBURG, 2010, p. 148). Aqui, entendo que o autor considera por literatura textos ficcionais escri-

tos por autoras ou autores que não viveram a experiência da tortura, e por isso possuem a capacidade emocional e linguística necessária para a abordagem do tema, criando uma *ficção que se aproxime ao que de fato aconteceu* (grifos meus). Nesse sentido, a constatação do pesquisador coaduna com a ideia desenvolvida por Figueiredo (2017), que defende que: “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação, pois, como afirma Jacques Rancière (2009, p. 58), ‘o real precisa ser ficcionado para ser pensado’”. (FIGUEIREDO, 2017, p. 43); entretanto, interpreto que a autora considera como literatura também os textos de caráter mais memorialístico, como o testemunho desenvolvido por Derlei em *No corpo e na alma*.

Ao narrar a tortura e simbolizar o trauma em *No corpo e na alma*, Derlei contribui com a desnaturalização da violência e com a elaboração dos traumas sociais brasileiros, testemunhando em nome de si e de todos aqueles que não sobreviveram para narrar as atrocidades perpetradas pelo Estado durante o regime. Desta forma, o testemunho de uma militante mulher evidencia tempos de abandono, solidão, dores e silêncios, contribuindo com a democratização da escrita da história da ditadura militar brasileira.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

Brasil: nunca mais. Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. 41ª ed. 4ª reimp. Petrópolis: Vozes, 2018.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Editora Globo, 1998.

DE LUCA, Derlei Catarina. *No corpo e na alma*. Criciúma: Editora do autor, 2002.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. 1ª ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo social: Rev. Sociol. USP: São Paulo*, 2 (2): 113-128, 2.sem. 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/QBnBNdHBv3pLJNdMWp4bL4k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VALADARES, Loreta. *Estilhaços: em tempos de luta contra a ditadura*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2005.